

CONTAS PÚBLICAS

Governo vai arrecadar mais impostos este ano e usará verba extra para tranquilizar credores sobre a capacidade brasileira de pagar seus débitos. Objetivo deve ser facilitado por pagamentos de impostos atrasados da Previ

Dinheiro para pagar dívidas

Luiz Fernando Godinho
Da equipe do **Correio**

Faltando pouco mais de um mês para o primeiro turno das eleições presidenciais, o ministro Pedro Malan (Fazenda) anunciou ontem que o Brasil aumentará em R\$ 1,686 bilhão suas despesas com o pagamento de juros da dívida pública neste ano. O aumento foi negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que recentemente fechou um acordo de US\$ 30 bilhões com o país. Segundo o ministro Malan, os quatro principais presidenciais foram informados sobre esse gasto adicional quando se reuniram com o presidente Fernando Henrique Cardoso, há cerca de duas semanas, para discutir o acordo. Mas dois deles negaram essa informação ontem (leia texto abaixo).

O dinheiro adicional destinado ao pagamento de juros sairá de recursos novos, que estão entrando nos cofres públicos como resultado de duas medidas provisórias: a que aumenta o prazo de pagamento de dívidas de empresas com a Receita Federal (MP nº 38) e a que simplifica a cobrança do PIS (MP nº 66), contribuição social que incide sobre o faturamento das empresas e é usada para custear o seguro-desemprego. O próximo passo será o saque de US\$ 3 bilhões junto ao FMI a partir de amanhã.

A equipe econômica — especialmente Arminio Fraga, presidente do Banco Central — sempre disse que o novo acordo com o FMI não traria sacrifícios adicionais para o setor público, argumento que vem sendo repetido pelo presidente José Serra

(PSDB-PMDB), apoiado por Fernando Henrique. Mas o anúncio feito ontem por Malan contraria essa avaliação. O R\$ 1,686 bilhão que será destinado ao pagamento de juros da dívida pública poderia ser usado para custear programas sociais ou melhorias na infra-estrutura do país. O ministro justificou o arrocho fiscal como necessário para melhorar as contas públicas do país. “A medida vai permitir uma trajetória declinante na relação entre a dívida pública e o PIB”, disse Malan, se referindo ao Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas pelo país.

Para este ano, o PIB está calculado em R\$ 1,297 trilhão. Até o fechamento do acordo de US\$ 30 bilhões com o FMI, o superávit primário estava estimado em 3,75% do PIB. Com o adicional anunciada ontem, esse superávit passa a ser de 3,88% do PIB (R\$ 1,686 bilhão a mais). Para os anos de 2003, 2004 e 2005, quando o Brasil estará sendo governado por um novo presidente, o superávit primário será de pelo menos 3,75%, conforme acertado no acordo com o FMI. Nenhum dos outros pontos do acordo foram mudados.

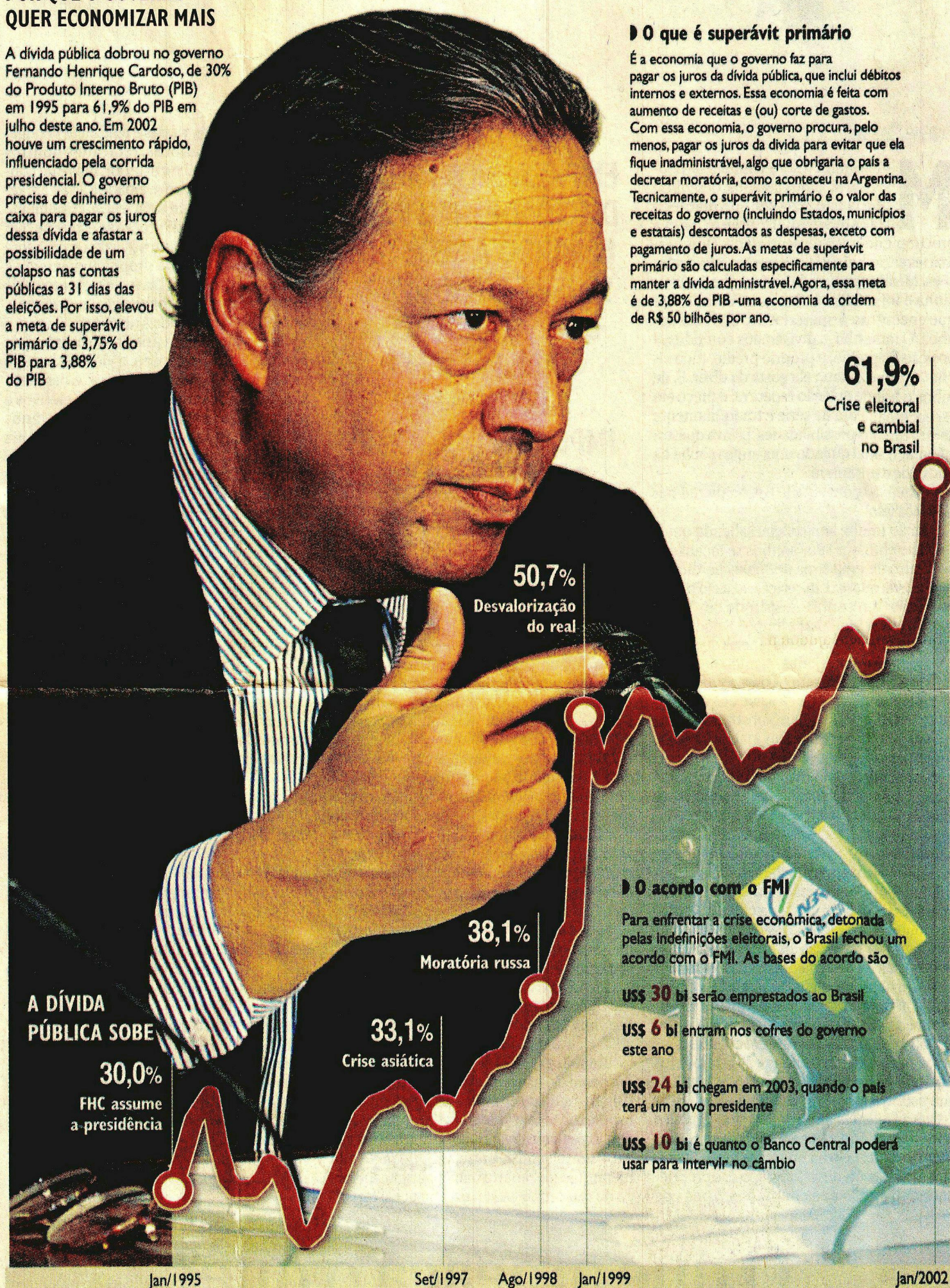
A nova meta de superávit deve ser facilitada por uma decisão judicial. O desembargador Carlos Olavo, do Tribunal Regional Federal (TRF-DF) cassou a liminar concedida ao Sindicato dos Bancários de São Paulo, que impedia a Previ de fazer um pagamento de R\$ 1,7 bilhão à Receita Federal, referente a impostos atrasados. Agora, o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil está livre para decidir se paga ou não.

Pedro Malan se contradiu ao comentar as circunstâncias em que o arrocho adicional de R\$ 1,686 bilhão foi informado aos presidenciais que se reuniram com Fernando Henrique. Primeiramente, disse ter deixado claro para os candidatos que o atual governo aumentaria em 0,13 pontos percentuais o superávit primário. Depois, afirmou que não havia detalhado o assunto.

O ministro acredita que o governo não terá problemas para explicar ao eleitor porque decidiu destinar R\$ 1,686 bilhão para o pagamento de juros em vez de alocar o dinheiro em programas sociais ou de infra-estrutura. “O cidadão só tem a ganhar quando equacionamos as contas públicas e evitamos turbulências. E a melhor maneira para lidar com a economia é fazer esse esforço para mostrar que temos a situação sob controle”, disse Malan.

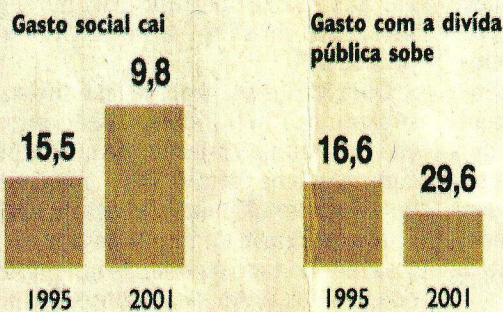
POR QUE O GOVERNO QUER ECONOMIZAR MAIS

A dívida pública dobrou no governo Fernando Henrique Cardoso, de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995 para 61,9% do PIB em julho deste ano. Em 2002 houve um crescimento rápido, influenciado pela corrida presidencial. O governo precisa de dinheiro em caixa para pagar os juros dessa dívida e afastar a possibilidade de um colapso nas contas públicas a 31 dias das eleições. Por isso, elevou a meta de superávit primário de 3,75% do PIB para 3,88% do PIB



Como você é afetado

O aumento da dívida pública e, conseqüentemente, do superávit primário para pagar juros prejudica programas sociais. Veja o que acontece no governo FHC (em % do orçamento)



Ciro e Lula desmentem ministro

Da Redação
Com agências

Dois dos quatro presidenciais que se reuniram com o presidente Fernando Henrique Cardoso no último dia 19 para dis-

cutir o acordo com o FMI, José Serra (PSDB-PMDB) e Anthony Garotinho (PSB) confirmaram que o aumento nos gastos com juros foi discutido na reunião. “No encontro foi falado que o superávit primário poderia chegar a 3,88% do PIB”, disse Serra em Recife.

Lula e Ciro desmentiram o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que disse ter tratado da nova meta com os candidatos. Por meio de sua assessoria, o candidato Ciro Gomes (PPS-PTB-PDT) in-

formou que não foi avisado sobre o pagamento adicional de juros neste ano. Ele não quis comentar o anúncio feito por Malan, dizendo apenas que “a condução dos negócios do governo neste ano é de responsabilidade da atual administração”. E o petista Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as pesquisas eleitorais, também garante que não foi informado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ou pelo ministro Pedro Malan que o acordo com o FMI previa um au-

O que é superávit primário

É a economia que o governo faz para pagar os juros da dívida pública, que inclui débitos internos e externos. Essa economia é feita com aumento de receitas e (ou) corte de gastos. Com essa economia, o governo procura, pelo menos, pagar os juros da dívida para evitar que ela fique inadmissível, algo que obrigaria o país a decretar moratória, como aconteceu na Argentina. Tecnicamente, o superávit primário é o valor das receitas do governo (incluindo Estados, municípios e estaduais) descontados as despesas, exceto com pagamento de juros. As metas de superávit primário são calculadas especificamente para manter a dívida administrável. Agora, essa meta é de 3,88% do PIB — uma economia da ordem de R\$ 50 bilhões por ano.

O acordo com o FMI

Para enfrentar a crise econômica, detonada pelas indefinições eleitorais, o Brasil fechou um acordo com o FMI. As bases do acordo são

US\$ 30 bi serão emprestados ao Brasil

US\$ 6 bi entram nos cofres do governo este ano

US\$ 24 bi chegam em 2003, quando o país terá um novo presidente

US\$ 10 bi é quanto o Banco Central poderá usar para intervir no câmbio

O que poderia ser feito com R\$ 1,6 bi

O governo elevou o superávit primário deste ano em R\$ 1,6 bilhão. Esse dinheiro será usado para pagar juros da dívida pública. Veja o que poderia ser feito com essa verba

168.421 casas populares poderiam ser construídas

12.802.048 cestas básicas do Dieese seriam compradas

16.000.000 de bolsas escolas seriam paga

Fontes — Inesc, BC, Ministério da Fazenda, Cedoc

DÓLAR SOBE

Um dos objetivos do governo ao reforçar a caixa para pagar dívidas é tranquilizar o mercado. Alguns credores parecem ter entendido o recado, tanto que o risco-país (o risco de calote na dívida) caiu 1,8%. Por outro lado, a cotação do dólar subiu 0,65%, vendida a R\$ 3,12 e a Bolsa de Valores de São Paulo fechou em baixa de 1,37%. Ambos refletiram temor de um ataque americano ao Iraque e de uma recessão nos Estados Unidos. A bolsa voltou a registrar fuga de capital externo. Foram retirados R\$ 486,192 milhões em agosto. No ano, o saldo está negativo em R\$ 1,651 bilhão.

mento nas metas de superávit.

O presidente do PSB, Anthony Garotinho, por meio de seu assessor econômico Tito Ryff, informou na noite de ontem que Malan citou o esforço fiscal adicional mas não forneceu detalhes durante o encontro. O ministro Pedro Malan informou ontem que o memorando do acordo contendo o novo superávit primário foi enviado antontem para os presidenciais, por e-mail.

COLABORARAM RUDOLFO LAGO E DENISE ROTHENBURG